

O DESAFIO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ASSENTADAS (AMA) DE ARARAQUARA, SP.

Arlei Rosa dos Santos¹

Raquel Santos Sant'Ana²

Que pássaros entoem cânticos de liberdade. Que o céu azul esteja em nosso imaginário como esperança. Que o sol brilhe e chegue ameno aos ombros de quem labuta a terra com suas mãos. Que a natureza nos oferte o pão: a provisão necessária. Que o verão seja a estação das lutas: pelo pão, pela vida, pelo trabalho digno, pela reforma agrária. Que muitos verões venham, mas que toda estação seja propícia à semear a agricultura familiar.
(Arlei Rosa dos Santos)

RESUMO

O objetivo desse trabalho é trazer os desafios enfrentados por famílias assentadas na geração de trabalho e renda, frente à precarização das políticas agrícolas e sociais necessárias para a melhoria das condições da população assentada. A medida que o Estado tem uma presença incipiente nestes territórios, a viabilização da produção e a reprodução das famílias ficam quase que somente a cargo dos trabalhadores assentados, que ao perceberem-se vulnerabilizados nesta relação, como forma de resistência buscam alternativas para garantir condições materiais para a produção agrícola e firmarem-se como produtores rurais. O Assentamento Monte Alegre está situado nos municípios de Araraquara, Matão e Motuca, na região norte do Estado de São Paulo. Ao longo de sua trajetória, já desenvolveu diversas

¹ Graduando em Serviço Social na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP Franca. Pesquisador sobre a Temática da Reforma Agrária e membro do Núcleo Agrário “Terra e Raiz” (NATRA). Bolsista no Programa de Apoio Acadêmico da Vice Diretoria da UNESP.

² Professora Doutora do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP Franca. Coordenadora do Núcleo Agrário “Terra e Raiz” (NATRA).

práticas produtivas, embora nem todas exitosas. Observa-se algumas iniciativas que, mesmo pontuais, são medidas que começam a ganhar destaque como é caso da inserção no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal e o projeto municipal Direto do Campo da prefeitura municipal de Araraquara/SP, este que prevê o transporte e espaço para comercialização dos produtos dos assentados em área rural. Neste artigo será apresentada a Associação de Mulheres Assentadas – AMA, do Assentamento Monte Alegre, como um dos marcos nos enfrentamentos históricos de geração de trabalho e renda. O intuito é fomentar a discussão sobre as iniciativas das famílias e suas lutas no sentido de viabilizar a reprodução social, econômica e política como produtores rurais.

PALAVRAS-CHAVE: Famílias Assentadas, Geração de Trabalho e Renda, Associação de Mulheres.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta a experiência da Associação de Mulheres Assentadas (AMA) do Assentamento Monte Alegre situado nos municípios de Araraquara, Motuca e Matão no estado de São Paulo, enfocando a contribuição das mulheres para geração de trabalho e renda e sua participação na reprodução dos núcleos familiares.

O conceito de família é amplo e varia não só historicamente como também de acordo com as diferentes perspectivas teóricas. Portanto, para o trabalho em questão será utilizado o conceito de família conforme explicitado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, Brasil, 2004) e entendido nos seguintes termos:

(...) espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidado aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida.(...) A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida.

É preciso entender os núcleos familiares como espaços permeados por diversas contradições, mas que comportam possibilidades de construções tanto individuais quanto coletivas. Neste aspecto, cumpre destacar a importância da sociabilidade no sentido de promover elementos importantes da reprodução familiar e as condições particulares estabelecidas pelas famílias num determinado contexto. Um exemplo destas condições particulares favoráveis ao desenvolvimento dos núcleos familiares pode ser apreendido nas formas organizativas/associativas constituídas por estes e que objetivam a melhoria de condições de vida não só da família, mas também da comunidade.

Cabe ressaltar ainda que ao longo da trajetória da produção dos núcleos familiares do lócus em questão, ocorreram descaminhos, erros e acertos, mas que, dentro de uma perspectiva histórica de enfrentamento, contribuíram para as formas organizativas existentes na atualidade no assentamento.

Nessa trajetória, projetos como o plantio da mucuna preta (mamona) utilizados como forma de assegurar a permanência na terra não teve o retorno econômico almejado, mas consolidou-se como uma proposta fundamental que ensejou as protoformas organizacionais no que tange a produção agrícola no assentamento.

Outro exemplo que pode ser citado foi a criação do CEDIR (Centro de Integração e Desenvolvimento Rural) que, em parceria com a gestão pública municipal de Araraquara, principiou experiências de formalização de meios associativos de organização, mas que permaneceram dependentes da administração municipal e não autônomas; a medida que quando houve mudança de conjuntura política as famílias não conseguiram gerir a associação.

A partir dessas construções coletivas que ensejaram o porvir da produção da agricultura familiar no assentamento Monte Alegre destaca-se então a experiência da AMA (Associação de Mulheres Assentadas) levando em consideração que o processo de dinamização econômica se dá também dentro da perspectiva histórica, dos erros e acertos e dos projetos que mesmo não consolidados ainda possibilitam esse processo.

1. GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA COMO DESAFIO PARA FAMÍLIAS ASSENTADAS

O panorama da luta agrária no Brasil mostra as dificuldades de sobrevivência das famílias que, muitas vezes, após anos de embates para a conquista da terra foram assentadas, mas que permanecem sem condições para produzirem. O modelo de assentamento agrário implementado pela política nacional brasileira não efetiva todas as etapas do processo de desenvolvimento necessárias à viabilização dos assentamentos e nem permite o desenvolvimento das potencialidades dos assentados como sujeitos de direitos e produtores agrícolas. Frente a tantas dificuldades enfrentadas na viabilização do assentamento, os ideais coletivos da luta que se traduzem nas expressões “Ocupar, Resistir e Produzir”³ acabam ficando enfraquecidos e aquilo que deveria ser entendido não apenas como gritos de guerra e sim etapas do processo de desenvolvimento acaba se perdendo frente as agruras enfrentadas pelas famílias assentadas, principalmente na relação com o Estado.

Ocupar é fazer jus à função social da terra, tornando-a produtiva, e que essa produção seja realizada por famílias trabalhadoras. Dessa forma, a ocupação tem sido parte da estratégia da luta pela terra realizada pelos trabalhadores exigindo que seja corrigida a desigualdade histórica que concentra a terra nas mãos de poucos, colocando-a a disposição de quem, de fato, necessita. Ao Estado não interessa realizar a reforma agrária ou equalizar a distribuição da terra no Brasil e isto pode ser comprovado quando ao término da execução do II Plano Nacional de Reforma Agrária lançado pelo governo Lula, a concentração fundiária permanece quase a mesma: baixou apenas 0,1, passando o índice de Gini de 0,86 para 0,85. Na realidade, aquém de uma política pública de reforma agrária, o que fez o Estado brasileiro foi realizar uma política de assentamentos de maneira a mediar os conflitos gerados pela luta pela terra.

Resistir é dar continuidade permanente à luta pela terra, mas é, sobretudo, manter-se organizado para exigir do Estado que ampare e promova as famílias assentadas de condições que possam assegurar a sua permanência digna na terra, por meio da garantia de habitação, saneamento, saúde, educação e outras políticas públicas que possam assegurar às famílias os direitos de cidadania. Depois da terra conquistada, a presença do Estado no sentido de viabilizar o acesso a outras políticas é fundamental, e embora isto constitua parte dos procedimentos previstos, na prática a morosidade do processo é algo que dificulta a vida e a

³ Este foi o lema tirado no II Congresso do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido em Brasília no ano de 1990.

permanência das famílias assentadas.⁴ Torna-se muito difícil cultivar a terra, se não estão garantidas as condições para manutenção e desenvolvimento da vida em suas mais variadas dimensões, daí a importância da resistência permanente dos trabalhadores, mesmo depois da terra conquistada.

Produzir seria então a finalidade primeira de todo e qualquer projeto de reforma agrária, tendo como compromisso a agricultura familiar com vistas a diversificação da produção nacional de alimentos, mas que só é exequível se considerado todo o processo indissociável de manutenção das famílias na terra. Também nesta área a presença do Estado é lacunar pois os créditos de custeio e financiamento são insuficientes. Ainda que alguns avanços tenham ocorrido nesta área, permanecem dificuldades básicas e que são cruciais para os assentados como, por exemplo, o atraso nos repasses dos créditos de custeio que podem levar a inviabilidade da produção nos lotes.

O Estado se exime da realização de uma política pública de Reforma Agrária ampla e massiva, única capaz de permitir a desconcentração fundiária. Ao longo da história do Brasil, os diferentes Governos permitiram a permanência de uma das estruturas agrárias mais concentradas do mundo.

Diversos estudos (LEITE et al, 2004, BERGAMASCO e FERRANTE, 1998) demonstraram que as conquistas efetivadas na luta pela terra são resultado das reivindicações e demandadas dos movimentos sociais. Não existe um projeto efetivo de reforma agrária que contemple na integralidade um modelo de desenvolvimento sustentável e humano para assentamentos rurais.

Dessa forma, o que se pode observar é que o Estado brasileiro, quando forçado a ação, intervém infimamente de maneira a minimizar conflitos, mas não constrói uma política agrícola que possa viabilizar a produção nos assentamentos. Os créditos são sempre insuficientes e as outras medidas necessárias a reprodução das famílias são muito lentas, restritas.

⁴ No governo Lula, sobretudo no estado de São Paulo houve maior agilidade do Estado em algumas ações como habitação e energia elétrica, mas algumas coisas permaneceram lentas como a disponibilização de subsídios e fomentos para financiamentos da agricultura familiar.

2. GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA E A REALIDADE DOS ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS NA REGIÃO DE ARARAQUARA/SP

Observados os elementos mais gerais postos em discussão até o presente momento, destaca-se que estes compõem o cenário da luta pela terra no Brasil, onde diversos movimentos sociais e associações de assentados seguem lutando seja para conquistar, para resistir ou garantir a produção de seus lotes. As dificuldades na relação com o Estado brasileiro tem se constituído de maneiras diferentes nos distintos governos, porém tendo em comum o acesso precário aos créditos e aos direitos de cidadania de população assentada.

A partir disso é possível observar no âmbito local como a política de reforma agrária tem se efetivado nos assentamentos rurais na região de Araraquara. Para poder situar o processo será feita uma retomada da constituição de alguns assentamentos dessa região e as dificuldades históricas encontradas pelas famílias no sentido de prover as condições para o trabalho e reprodução social.

A Fazenda Monte Alegre, antigo horto florestal da Companhia de Desenvolvimento Agrícola (Codasp), localizada e subdividida entre os municípios de Araraquara, Matão e Motuca, é hoje na sua totalidade um Projeto de Assentamento Agrário (PAA). Encontra-se setorizada em sete assentamentos distintos, sendo: Assentamentos 1, 2, 4 e 5 pertencentes ao município de Motuca/SP; Assentamentos 3 e 6, pertencentes ao município de Araraquara/SP e Assentamento Horto de Silvânia, que compreende área da colônia da antiga sede, pertencente ao município de Matão/SP.

Esses assentamentos foram implementados em distintos períodos seguindo a dinâmica da luta do movimento social pela reforma agrária e foram se constituindo em diferentes pontos da fazenda, até integralizar a área. Todos os assentamentos perfazem juntos o total de 377 glebas agrárias, Segundo dados do Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP (Itesp, 2012, online), é hoje uma das maiores áreas de assentamento do Estado de São Paulo, tanto em proporções de áreas quanto em números de família beneficiadas.

A incipiente presença do Estado e o grande número de famílias numa extensa área vai também concentrar inúmeras problemáticas. Da instituição do primeiro assentamento até a atualidade o que pode-se sinalizar como fator importante no desencadeamento dessas problemáticas é a ausência de ações que implementem uma extensão rural capaz de garantir o acompanhamento técnico que capacite as famílias auxiliando-as nas suas produções.

Nesse sentido há de se salientar a necessidade de intervenções que propiciem de fato a capacidade do auto sustento das famílias para assegurar sua permanência no campo de forma digna tendo por base dessa o exercício de direitos essenciais preconizados na Constituição Federal (saúde, educação, segurança alimentar). O que se observa ao longo da histórica trajetória de produção agrícola na área dos assentamentos da “Monte Alegre” são experiências que não contemplam todas as etapas do processo de produção da agricultura familiar, mas que de alguma forma contribuíram para o fortalecimento desta.

2.1 O projeto mucuna preta (mamona) e a ilusão do biodiesel

Para integralizar a área de assentamento da Fazenda Monte Alegre ainda era necessário em 1998, ocupar uma área ociosa que fora utilizada por prefeituras de diversos municípios, em forma de consórcio, para plantio de soja utilizada na produção de leite e distribuída em programas de alimentação escolar dos municípios consorciados.

Ao adentrar esse espaço muitas famílias desconheciam os trâmites legais da área e não tinham claro que poderiam a qualquer momento sofrer retaliações sumárias como o pedido de reintegração de posse. Encontrando-se vulnerabilizadas buscaram então apoio da Federação dos Trabalhadores Rurais Assalariados do estado de São Paulo (FERAESP) que, atendendo aos apelos, prontificou-se a colaborar e com sua intervenção tentou assegurar a permanência das famílias na terra ocupada.

Em resposta aos anseios e, como forma de resistência, a FERAESP apresentou então o projeto de plantio de mucuna preta (mamona) para cultivo em toda a extensão territorial da área em litígio nos seguintes termos: A Federação oferecia hora-máquina para o preparo do solo, sementes para o plantio e, em troca, os trabalhadores se associariam à esta entidade de classe que ainda como forma de pagamento dos recursos empregados, ficaria com parte da produção.

O projeto em questão constitui-se então no plantio de toda a área que encontrava-se ociosa, já que os trabalhadores não tinham recursos financeiros para cultivá-la. Essa parceria tinha como dois objetivos primordiais: 1- assegurar a permanência das pessoas nas áreas ocupadas, pois se ficasse constatado que a terra estava sendo cultivada pelos acampados dificultaria o processo de reintegração de posse; 2- gerar renda, destinando a produção ao mercado do biodiesel, que contava com fortes incentivos do Governo Federal naquele momento e, acreditava-se que esta seria uma alternativa tangível de comercialização garantindo, então, renda às famílias assentadas.

Entretanto, quando implementado o projeto apresentou-se inconsistente, principalmente com relação ao seu segundo objetivo. No que tange a ocupação, obteve-se êxito, dado que na conjuntura política daquele contexto, sua implantação e execução fortaleceram a permanência das famílias na área e, para além disso, possibilitou a viabilização de canais de discussão entre representantes acampados e Poder Público. Em relação a garantir produção agrícola de forma a contribuir para a economia das famílias, não alcançou os objetivos esperados. Fatores como a aptidão dos agricultores em relação a essa cultura específica, dinâmica produtiva e a inexistência de um mercado consumidor consolidado impossibilitou o êxito econômico do projeto. Isto fez com que houvesse a desistência do processo produtivo por parte de alguns acampados e, tornou onerosas as formas de comercialização do produto, o que foi determinante para a inviabilização da continuidade do projeto.

2.2 A experiência do CEDIR

A partir dos anos 2000 a administração pública do município de Araraquara sob a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu o compromisso estabelecido desde a campanha eleitoral de alavancar questões que haviam sido esquecidas em outras administrações, em especial aquelas relacionadas à implementação de políticas públicas para o desenvolvimento das áreas de assentamentos.

Nesse intento, a administração buscou envolver secretarias e órgãos municipais para de forma propositiva discutir questões que concerniam à produção agrícola e o fortalecimento da base produtiva dos assentamentos. Com a aproximação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico dentro dessas áreas iniciou-se o processo de construção do Centro de Integração e Desenvolvimento Rural. (CEDIR)

O CEDIR a priori foi criado com o compromisso de formalizar formas associativas pré-existentes, no intento de legitimar suas ações e possibilitar mecanismos de acesso as políticas públicas que pudessem viabilizar a melhoria das condições de produção e comercialização das práticas desenvolvidas através da agricultura familiar.

Nessa construção formou-se uma associação sem fins lucrativos, a qual estruturava-se através de diretoria executiva (presidente, secretário e tesoureiro), sócios integrantes (assentados rurais com poder de voto) e sócios benfeitores (qualquer pessoa, não assentada rural, que desejasse contribuir de alguma forma, mas sem poder de voto).

A associação CEDIR tinha como diretrizes estatutárias desenvolver os assentamentos nas mais variadas dimensões, quer fossem na otimização dos recursos e potencialidades para práticas de agricultura, ou na capacitação e acompanhamento técnico das famílias assentadas em seus processos de produção, mecanização da agricultura para melhor manejo das áreas.

Ao longo da sua trajetória, a associação operacionalizou suas ações concentrada em um único convênio existente, o qual se dava por meio de parceria com o município de Araraquara e que consistia na disponibilização de um único trator para o cultivo das áreas integrantes do Projeto de Assentamento Monte Alegre.

Apesar do potencial legal-institucional da associação, no cotidiano da operacionalização das ações propostas em seu estatuto fixou-se no ideário de seus integrantes que a única possibilidade concreta para o desenvolvimento econômico fundava-se em terras manejadas para o plantio sem ater-se a dimensões que possibilitassem o desenvolvimento efetivo da própria associação. Tal equívoco culminou na pulverização dos esforços empreendidos na construção da associação tornando-se então uma estrutura estéril e incapaz de gerenciar as ações propostas na sua gênese.

2.3 Assentamento Monte Alegre e Agricultura Familiar: desafios da produção contemporânea

Cumprir destacar que nem toda experiência produtiva não obteve êxito. Apesar disto, o que tem se observado ao longo de anos é que as famílias produtoras, mesmo que de formas individuais, equivocadas ou não, tem conseguido viabilizar suas produções.

Algumas políticas têm sido fundamentais para isto, como, por exemplo, a que garante o escoamento da produção e, portanto, viabiliza ainda que minimamente a subsistência dessas famílias e a continuidade da produção, mesmo que não inclua em sua dinâmica o amparo para o produtor em suas práticas produtivas. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) instituído pela lei 10.696 2003 no artigo 19 é desenvolvido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério do Desenvolvimento Agrário e prevê a compra antecipada da produção dos pequenos agricultores, especialmente dos assentados. (Ministério de Desenvolvimento Social, online, 2012)

No município de Araraquara este Programa é que garante minimamente o escoamento da produção agrícola com preços de mercado. Mas essa prática mesmo que positiva ainda é ineficiente, pois suas limitações em quantidade e qualidade de produtos,

assim com o valor total que pode ser comercializado por um produtor, limitam muito as possibilidades das famílias. A isto se somam dificuldades com o custeio e investimento, o que faz com o trabalhador descapitalizado não consiga por conta própria ampliar sua produção, permanecendo em condições precárias de vida sem poder, de fato, sequer vislumbrar um crescimento.

Outra iniciativa local que tem dado resultados é a “Direto do campo”, projeto do município de Araraquara que há quase 10 anos vem dando respaldo as famílias provendo o transporte das mercadorias do campo para a cidade, especificamente, para o local de venda da produção. Esta iniciativa, embora pontual, tem sido um importante instrumento de viabilização da escoação dos produtos por parte das famílias assentadas.

A Associação de Mulheres Assentadas (AMA) da Fazenda Monte Alegre, dentre as experiências citadas, é a que tem como diferencial a organização coletiva e partiu da necessidade constatada pelas famílias, com caráter autônomo de gestão.

3. ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ASSENTADAS: UMA ALTERNATIVA DE GESTÃO FAMILIAR NA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

O panorama que desencadeou o processo de surgimento da Associação de Mulheres Assentadas (AMA) foi um cenário de lutas e reivindicações destas no sentido de constituir um espaço de gestão próprio sem a interveniência do Poder Público.

As dificuldades de cultivo e da produção agrícola fizeram com que estas mulheres se mobilizassem no sentido de viabilizar a constituição de uma fonte alternativa de renda para as famílias pois, era a única forma visualizada por elas, naquele momento, para garantir a subsistência.

Como já sinalizado, desde as iniciativas que principiaram as práticas produtivas do assentamento até a premente necessidade de articulação por parte das mulheres assentadas, as formas produtivas existentes necessitavam de gestão autônoma e desvinculada de toda forma que engessasse a auto-organização das famílias assentadas.

Ressalta-se que ainda que elas trabalhassem na produção agrícola em todas as suas fases (plantio, cultivo e comércio dos produtos agrícolas), ainda assim se dispuseram a buscar uma forma de geração de renda desvinculada das iniciativas até então existentes e dependentes do auxílio da Administração Municipal, no que tange a forma organizativa e gerencial. É preciso

frisar que toda forma de organização empreendida até então trazia em sua estrutura organizacional o apoio sistemático de uma gestão política e, sendo assim, era vulnerável a mudanças conjunturais.

Essas mulheres perceberam a necessidade de ir além dos mínimos que lhes eram oferecidos e retomar a palavra usurpada, conforme trabalha Martins:

A história dos pobres da terra neste país não é apenas uma história de desencontros. Ela é, também, uma história de sofrimentos, de marginalização e dor, de sangue inocente derramado. E é, infelizmente, ainda uma história de sujeições. Não só a sujeição à opressão do latifúndio, da servidão que há nela, mas, também, da falta de liberdade e de condições para dizer a própria palavra. O silêncio dos pobres não vem apenas da clausura cultural em que vivem. Vem também da usurpação da palavra, do querer e do esperar por parte daqueles que, ao pretenderem generosamente ser solidários, acabam impondo-lhes um novo e mais grave silêncio, o da fala postíça e inautêntica, anômica. (Martins: 2009, p.69)

O processo de retomada da “palavra”, na verdade constituiu-se numa estratégia de enfrentamento da situação vivenciada e a busca por condições autônomas de atuação. Algumas propostas apresentadas pelo Poder Público local para contribuir na implementação de projetos no assentamento não contemplavam o interesse das mulheres pois, estavam dissociadas das reais demandas emanadas da realidade.

A partir de então, as mulheres perceberam a necessidade de se organizarem para constituir uma forma de resistência e enfrentamento a palavra imposta, formalizando sua organização, dando legitimidade para uma fala própria, única e coletiva. Este foi um percurso que iniciou-se incluindo a participação nos espaços institucionais para depois desvincular-se.

Na primeira gestão municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) em Araraquara SP, no ano de 2001, houve um diferencial na condução da política incluindo a participação popular, especialmente por meio do Orçamento Participativo. Nesta conjuntura política favorável a organização e a otimização de práticas produtivas das áreas de assentamentos, ensejaram-se formas organizativas a partir do entendimento consensual do que as mulheres sabiam e queriam fazer. A partir desta concepção, elas buscaram orientações de como poderiam dar legitimidade a esse intento, constituindo assim um estatuto próprio e, estabelecendo de forma legal todos os âmbitos de atuação e de como se dariam as suas intervenções.

Esse processo desenvolveu-se a partir da participação de grupos de mulheres assentadas nas plenárias do Orçamento Participativo representadas por suas respectivas

lideranças, nas temáticas voltadas a essa especificidade e denominadas de temática de “Mulheres”. As plenárias temáticas deram-se de forma a eleger representantes para expressarem os anseios e necessidades de suas bases representadas e, assim, votarem pela distribuição de parcelas do Orçamento Municipal que seriam investidas prioritariamente de acordo com as deliberações.

De forma organizada as mulheres dos setores 06 e 03 do Assentamento Monte Alegre, do assentamento de Bueno de Andrada e ainda parcelas de mulheres moradoras das áreas pertencentes ao município de Araraquara dos setores 02 e 05 do assentamento Monte Alegre participaram sistematicamente das plenárias e reuniões obtendo com êxito a aprovação de investimentos do Orçamento Municipal nas áreas de assentamento.

Todavia, embora tenham logrado êxitos, as conquistas não se deram prontamente. Da primeira participação na temática de Mulheres até a implementação dos recursos destinados a desenvolver as propostas apresentadas em plenárias passaram-se quase 02 mandatos da mesma gestão, o que levou mais uma vez as mulheres a se organizarem para exigirem respostas para aquilo que havia sido conquistado, mas que efetivamente não havia sido não implementado.

Resultou-se dessa busca uma organização coletiva que pode decidir de forma autônoma as suas atividades produtivas, cabendo então ao município acatar as escolhas, respeitando a legitimidade da associação. Ao traçarem como desafio sua emancipação, obistou-se os mecanismos políticos na implementação da escolha discutida dado que, caso não apresentassem um projeto com aplicabilidade comprovada, a verba destinada e aprovada seria retirada da temática de mulheres e alocada então no montante geral orçamentário do município.

Essa condicionante reiterou o compromisso da autogestão traçado a priori, fazendo com que mesmo com suas limitações educacionais, técnico-operativas e de conhecimento dos mecanismos formais para a apresentação da proposta exigida pela administração municipal, as mulheres assentadas⁵ apresentassem ainda assim um projeto de produção de alimentos, que inicialmente, seria viabilizado a partir da produção agrícola das áreas dos assentamentos envolvidos.

⁵ Destaca-se nesse momento a participação fundamental da assentada, a Sr.^a Clemência Rosa dos Santos, “D^a. Nice”, que viabilizou a construção do projeto sistematizando as propostas discutidas informalmente dentro das normas exigidas pela Administração Municipal.

Com a apresentação da proposta, a administração municipal viu-se impelida ao aceite do projeto, visto que justificativas ulteriores seriam demasiado dispendiosas e poderiam ensejar um encerramento conturbado e, portanto, indesejado da gestão.

Através das conquistas consolidadas nas plenárias temáticas de mulheres, possibilitou-se a destinação de recursos financeiros para a implementação e estruturação de espaço físico e aquisição de equipamentos necessários para o desenvolvimento da proposta apresentada pelas mulheres do Assentamento Monte Alegre. Isto possibilitou a realização do projeto apresentado e a organização do aparato institucional legal para a viabilização não apenas do projeto em si, mas ainda a ampliação de possibilidades voltadas para o desenvolvimento das áreas de assentamento nas mais diversas dimensões.

Aprovado em Assembléia Geral da AMA em 13 de Julho de 2008, o Estatuto estabeleceu como finalidade proporcionar o desenvolvimento social, econômico, educacional e cultural dos associados, agricultores(as) integrantes do projeto de assentamento Monte Alegre, tendo assim prerrogativas legais para o desenvolvimento de ações e interlocuções com o Poder Público municipal. Entre as finalidades estatutárias destacam-se:

(...) preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável e promoção do desenvolvimento econômico de seus associados por meio da produção agrícola e agro-industrial, da compra, da venda conjunta de insumos e produtos e da contratação de estudos, projetos e pareceres na área de sua atuação. (Estatuto da AMA, 2008, p.02)

A constituição da associação e sua formalização através do Estatuto contribuíram para que as famílias assentadas, representadas por suas mulheres, tivessem condições de dialogar com o Poder Público com maior representatividade.

Com essa união e fortalecimento, na perspectiva de geração de trabalho e renda, a partir da formalização da associação, as mulheres constituíram uma padaria gerida por um coletivo de trabalho com recursos oriundos do Poder Público. Para implementação do espaço físico e aquisição de maquinário para a produção de pães, bolos e produtos diversos de confeitaria, inicialmente, muitas das matérias primas eram advindas da agricultura familiar.

A Associação de Mulheres Assentadas (AMA) permanece ativa na atualidade, e na perspectiva de consolidar as dimensões elencadas em seu Estatuto, procura firmar-se como uma alternativa na busca pela geração de trabalho e renda e de incentivo a diversificação da base produtiva. É uma experiência concreta de enfrentamento das problemáticas relacionadas a produção agrícola em áreas de assentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o histórico de lutas e enfrentamento exposto no presente trabalho, o que ficou evidenciado em anos de tentativas frustradas de produção agrícola na Fazenda Monte Alegre é a falta de estruturas organizativas de produção que envolvam todos na tentativa de fazer prosperar as práticas produtivas. Entretanto, os limites ultrapassam a questão da capacitação, assistência técnica e extensão rural, incluem também as dificuldades de acessar créditos e viabilizar a produção devido a elementos estruturais.

As experiências vivenciadas pelas famílias evidenciam a necessidade que haja condições para a autonomia das práticas produtivas nos assentamentos e que estas devem considerar as especificidades e suas pré-disposições no que tange a produção. Respeitadas estas condições é possível verificar que os integrantes das áreas de assentamento são capazes de se organizarem de formas associativas com vistas consolidarem seus anseios. Para tanto é necessário não somente políticas públicas para implementação de projetos, como também vontade política para essa consolidação.

Não obstante, para que as famílias assentadas possam se colocar na condição de produtoras necessitam de condições materiais que possibilitem essa prática em todas as suas etapas, desde o manejo da terra para práticas agricultáveis até as formas organizativas/associativas objetivando a agregação de valor e o escoamento da produção.

Dessa forma, possibilita-se a devolução para as famílias dos frutos econômicos de seus trabalhos, a sociedade uma produção agrícola de qualidade a preços acessíveis e ao Estado o cumprimento de políticas públicas conforme lhe é preconizado.

O que fica claro nesses exemplos citados é que quando há uma iniciativa local que garanta, mesmo que de forma ínfima, a condição de produção, as famílias agricultoras tem se apegado a essa oportunidade com afinco e dedicação e dão mostras de que são capazes de prover o próprio sustento.

As conquistas obtidas pela Associação de Mulheres Assentadas (AMA) traduzem-se no ideário do movimento social pela reforma agrária como um marco, tendo em vista que expressam a possibilidade de articulação da comunidade para o alcançar um objetivo comum e que traduzem as necessidades reais observadas no cotidiano das famílias assentadas.

O reconhecimento obtido pela AMA hoje compreende além dos enfrentamentos apontados. Ela é, também, uma via institucional legal passível de construções e intervenções coletivas e está a frente nas proposições pela defesa da agricultura familiar na região, especialmente dos assentados da região de Araraquara.

REFERÊNCIAS BIBLIO GRÁFICAS

BERGAMASCO,S. FERRANTE,V.L.B. **Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Brasília: Ed. Da Unb, 1998.

BRASIL, Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de Outubro de 1988. 6.ed.São Paulo, Saraiva, 1992.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

LEITE,S. ET. AL.**Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. **Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural**; São Paulo: Editora UNESP. 2004.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo, Ed. USP,2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>> Acesso em 05.07.2012

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ASSENTADAS. **Estatuto da Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre Seis – AMA**. Aprovado em assembléia realizada em 13 de julho de 2008, no município de Araraquara.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Um Histórico do MST**. Disponível em <<http://www.mst.org.br/especiais/23/destaque>> acesso em 28. Jul.2012

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Dados sobre assentamentos**. Disponível em <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>> acesso em 15 Jul, 2012.